



MARINHA DO BRASIL

## GABINETE DO COMANDANTE DA MARINHA

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Número do processo: 61001.000214/2026-16

#### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Aquisição de Kit Transmissor + Receptor de Wireless Sem Fio para este Gabinete.

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

##### 2.1 Descrição da necessidade administrativa:

O presente estudo realizou o levantamento das demandas incluídas no PAR 2025 e tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica para a aquisição de equipamento.

De maneira geral, justificam-se estas aquisições derivadas da necessidade de adequar a estrutura física e administrativa deste Gabinete.

Desta forma, passamos a destacar a necessidade de cada item demandado:

- **Kit Transmissor- receptor wireless (sem fio) HDMI:**

**Eliminação de Cabos e Organização:** Elimina a necessidade de cabos HDMI longos e fixos, reduzindo a bagunça de fios em salas de reunião, auditórios ou estações de trabalho, proporcionando um ambiente mais limpo e profissional.

**Mobilidade e Agilidade:** Permite que usuários conectem notebooks, tablets ou smartphones à TV/projetor de qualquer ponto da sala, sem restrição de alcance de cabos, facilitando a troca rápida entre apresentadores.

**Alta Definição e Baixa Latência:** Suporta resoluções de vídeo de alta definição (Full HD 1080p ou 4K), garantindo uma transmissão de imagem e som nítida, estável e com baixo atraso (delay).

**Instalação "Plug and Play":** A maioria dos kits não necessita de softwares, aplicativos ou redes Wi-Fi complexas para funcionar, basta conectar o transmissor na fonte (notebook) e o receptor no display (projetor/TV).

**Flexibilidade de Uso:** Ideal para diversos cenários, como salas de treinamento, conferências, transmissões ao vivo (live streaming) e uso educacional.

**Alcance e Eficiência:** Funciona por frequências de 5GHz, oferecendo uma conexão estável a distâncias consideráveis (exemplos de 50 a 200 metros em áreas abertas)

#### 3. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Decreto nº 11.137/2022 torna dispensável aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o cumprimento da regulamentação do inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/21, que trata do Plano de Contratações Anual (PCA).

Todavia, a presente contratação consta do Programa de Aplicação de Recursos (PAR), com o Código nº 0383/2025, correlato ao PCA/PSL de que tratam o Decreto supramencionado e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022.

#### **4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Os requisitos da contratação abrangem os seguintes critérios:

4.1.1 **Do prazo de entrega/execução:** O prazo para entrega do material é de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de ciência por parte do fornecedor da emissão da Nota de Empenho.

4.1.2 Os materiais a serem adquiridos devem apresentar especificação técnica de acordo com a descrição do Termo de Referência, para que a essa aquisição supra as necessidades da Instituição. O objeto foi descrito conforme especificações técnicas necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e atendimento de requisitos de qualidade.

4.1.3 Efetuar a entrega dos materiais conforme especificações, quantidades, prazo e local constante no TR, acompanhado da respectiva nota fiscal, de acordo com as **condições de habilitação e qualificação** exigidas no processo licitatório.

4.1.4 Os materiais a serem entregues devem seguir o constante na descrição do item que consta no Pedido de Compras. O objeto foi descrito conforme as especificações técnicas necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e atendimento de requisitos mínimos de qualidade.

4.1.5 A solução deve atender às normas e critérios de sustentabilidade, conforme Manual de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.1.6 Durante a vigência do Contrato ou documento equivalente serão observadas as práticas de sustentabilidade dos itens para aceitação do objeto em cumprimento ao art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.1.7 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.1.8 A aquisição a ser contratada terá um prazo determinado para ser concluída.

4.1.9 As condições de aquisição e pagamento do objeto, é semelhante à do setor privado.

##### **Bens e serviços comuns**

4.2 Os bens objeto desta contratação são classificados como comuns, uma vez que não foram identificadas especificidades ou complexidades técnicas que justificassem a realização de audiência pública para a coleta de contribuições na definição da solução mais adequada, visando a melhor relação custo-benefício. Seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme o inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

##### **Atividade de Custeio**

4.3 As aquisições não constituem atividade de custeio, conforme as previstas no art. 2º, da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

##### **Bens de luxo**

4.4 O objeto desta contratação não se caracteriza como bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

*Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*

*I - bem de luxo - bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:*

- a) ostentação;*
- b) opulência;*
- c) forte apelo estético; ou*
- d) requinte.*

#### **Dispensa de comprovação de qualificação econômica**

4.5 Conforme previsto no inciso III, do art. 70 da Lei 14.133/2021, fica dispensada totalmente a comprovação de qualificação econômica em razão da seguinte motivação:  
Contratações para entrega imediata.

### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO**

5.1 Foi realizado levantamento das soluções existentes no mercado privado, que pudessem atender aos requisitos estabelecidos pela equipe de planejamento. Os materiais a serem adquiridos estão disponíveis no mercado local com facilidade, sem existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração.

5.2 Cabe destacar ainda que a solução escolhida neste processo é conhecida e adotada em diversos órgãos da Administração Pública. Assim, conclui-se que não há requisitos que possam restringir a ampla disputa diante da grande disponibilidade de empresas aptas para atender a demanda apresentada.

5.3 O levantamento das estimativas de preços foi realizado conforme os ditames da Instrução Normativa nº 73 de 5 de agosto de 2020, buscando, sempre que possível, a prospecção de preços conforme prevê o art. 5º da referida IN.

5.4 A maioria dos itens trata-se de bens comuns, conforme classificação contida no art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Isso em razão das especificações técnicas serem de conhecimento amplo, que atendem a métodos e técnicas pré-estabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado, e comumente conhecidas, onde operam diversos agentes comerciais hábeis à contratação. Assim, o levantamento de mercado foi feito junto ao site Compras.gov, de acordo com aquisições semelhantes registradas no site, e/ou em sites da internet que oferecem estes produtos.

#### **5.5 Da exclusividade de participação de fornecedores na condição de ME/EPP/COOP na licitação/dispensa:**

Em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538/2015, após análise da solução no mercado, a Equipe de Planejamento entende que a aplicação de exclusividade a licitação/dispensa **não prejudica** a competitividade e eficiência do certame.

### **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1 Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada para atendimento da presente necessidade administrativa como um todo é a Contratação Direta – Registro de Preços, pelo fato de a mesma representar a solução tecnicamente mais econômica, vantajosa ou eficiente.

6.2 Inicialmente, foi realizado levantamento de Pregões com Atas de Registro de Preços (ARP's) vigentes na Instituição que pudessem suprir as necessidades inicialmente apresentadas. Não sendo possível atender a totalidade da demanda apresentada, partiu-se para levantamento de mercado, através de busca no banco de preços, compras.gov, em sites da internet e /ou diretamente com fornecedores. Em análise aos processos realizados em ocasiões anteriores, e

em aquisições similares promovidas pelos mais diversos órgãos, observou-se que a metodologia aplicada nesta contratação é a mais apropriada para o momento, não sendo observado nem nos processos licitatórios nem no mercado, fornecedores de novas tecnologias e/ou soluções que melhor atendam a necessidade da Administração.

6.3 Ainda, considerando que os materiais aqui demandados são de uso permanente ou depreciados, isso impossibilitaria, por exemplo, o aluguel dos mesmos. Com isso não visualizamos outra alternativa para aquisição desta demanda. Além disso, as quantidades solicitadas são as mínimas necessárias para atender as demandas das atividades deste Gabinete.

## **7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1 A quantidade estimada foi obtida com base na existência de equipamentos deste gabinete, conforme item 1.1 do Termo de Referência.

7.2 Os valores foram obtidos a partir da média/mediana/menor preço dos orçamentos apresentados, conforme o art. 6º da IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

7.3 **Do local de entrega:** O objeto deverá ser entregue/executado no seguinte endereço:

Esplanada dos Ministérios – s/n – Bloco N – 2º e 3º andares – Zona Cívico-Administrativo –Brasília-  
DF – CEP 70055-900

## **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor total estimado para a aquisição do objeto pretendido pelo requisitante é de R\$ 10.210,02 (dez mil, duzentos e dez reais e dois centavos).

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Os itens do presente estudo não deverão ser agrupados em razão de optar-se pela regra do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, para permitir que empresas de menor porte, ou empresas que só comercializem um ou alguns itens do objeto, possam disputar o certame, sem, contudo, representar a perda da economia de escala e prejuízos para o ente público.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A necessidade administrativa do presente estudo, não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras.

## **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A **aquisição** pretendida está prevista no PAR-2025, cujos números de identificação dos itens constantes no Plano serão indicados nas requisições de compras a serem enviadas no SAFIN (Sistema de Acompanhamento Financeiro e está alinhada com o seguinte objetivo estratégico do Plano de Ação do Gabinete.

## **12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

Pretende-se com a presente aquisição garantir a gestão e manutenção, bem como a organização dos suprimentos de materiais necessários à efetiva realização das atividades administrativas.

### 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A contratação do objeto do presente estudo não prevê a necessidade de adequação no ambiente institucional onde será alocado o objeto ou de rotinas administrativas da Unidade Requisitante.

### 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Em atendimento às diretrizes de sustentabilidade vigentes e de acordo com o Plano de Logística Sustentável, a Equipe de Planejamento verificou os possíveis impactos ambientais que envolvem a presente aquisição, para as quais observou a viabilidade de prever as seguintes medidas mitigadoras e critérios de sustentabilidade no Termo de Referência.

### 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

A demanda é viável financeiramente, tendo em vista que está prevista no planejamento da instituição, bem como contratualmente, visto que encontra fornecedores no mercado convencional. Ressalta-se que os dados constantes neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) espelham a verdade, que a aquisição ora solicitada atende ao interesse público e satisfazem os requisitos de eficiência e efetividade dos gastos públicos.

### 16. NECESSIDADE DE ADOÇÃO DO GRAU DE SIGILO

Ao final da elaboração do ETP, foi avaliado que, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, não haverá necessidade de classificação em função de não haver elementos que a justifique. Embora os documentos não necessitem de adoção de grau de sigilo, deverão ser observadas todas as normas relativas à segurança para o acesso às instalações da Marinha.

Brasília-DF, na data da assinatura eletrônica.

Integrante Técnico	Integrante Administrativo
<p style="text-align: center;">GILBERTO ADOLFO LEONARDO Segundo-Sargento (PD)</p>	<p style="text-align: center;">DAVID DE CASTRO SILVA BASTOS Segundo-Sargento (EL)</p>
Integrante Requisitante	
<p style="text-align: center;">LEANDRO MIRANDA DO NASCIMENTO Capitão de Corveta (T)</p>	